



# ACTAS

## ATA Nº 2

Aos dezasseis dias do mês de Novembro de dois mil e doze, reuniu-se no Centro Bonny Stilwell, situado no Largo da Ajuda nº 18, em Lisboa, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Lisboa, conforme o artigo nº 38º, alínea 1, do presente Estatuto, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto Um – Apreciação, discussão e votação da proposta de alienação do Prédio da Travessa Agua Flor nº 1 a 5, em Lisboa, assim como, da fração subcave esquerda sita na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada. -----

Ponto Dois – Apreciação, discussão e votação do Plano de Ação e da Previsão Orçamental para o ano de 2013 -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos, tendo a Mesa começado por verificar o Livro de Presenças. Não havendo o número suficiente de associados para se poder realizar a Assembleia, a Mesa foi obrigada, conforme manda o artigo 43º, nº1 e 2 dos Estatutos, a suspender os trabalhos, sendo marcada o início da sessão para as vinte e uma horas. -----

À hora marcada o Sr. Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, estando presentes na sala trinta e seis sócios efetivos. -----

Conforme o artigo 42, nº2, dos Estatutos, a Convocatória da Assembleia Geral, foi publicada nos jornais diários “Correio da Manhã” e “Diário de Notícias” respetivamente do dia 31 de outubro dois mil e doze e 1 de Novembro dois mil e doze tendo estes documentos ficado apensos a esta acta, com o nº 2 e 3, respectivamente. Estão, também apensos a esta ata o Plano de Atividades e Orçamento para 2013 – com o nº 4 e a Convocatória da Assembleia com o nº 1. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a Ordem de Trabalhos, que foi aprovada pela totalidade dos associados presentes. -----

Antes da ordem de trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia apresentou o pedido de desculpas pelo atraso na marcação da Assembleia, tendo em conta o estabelecido estatutariamente. -----

De seguida deu início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos explicando que, na sequência das negociações realizadas conforme mandato conferido em assembleia geral de 2003, o Sr. presidente da Direcção lhe tinha apresentado propostas para a venda de dois imóveis que leu, tendo em seguida dado a palavra ao senhor presidente da Direcção para explicar melhor o teor dessas propostas antes das mesmas serem submetidas a votação. -----

O Sr. Presidente da Direcção informou os associados que, numa Assembleia Geral de 2003, foi discutido a questão do património da organização, tendo sido explicado detalhadamente todas as situações referentes aos imóveis. Nesta mesma Assembleia Geral foi nomeada uma comissão para encetar todo o trabalho e as diligências necessárias para o início da venda dos mesmos. Dessas diligências, não aparecerem interessados na compra. Os prédios encontravam-se muito degradados e ainda existiam inquilinos nos mesmos, o que tornava difícil a concretização da venda destes imóveis. No entanto, houve um contacto do único inquilino do prédio da Travessa Agua Flor nº 1 a 5, que se propôs a fazer obras na fachada do prédio, dada o perigo iminente de derrocada assim como as grandes infiltrações que tinham vindo a acontecer no seu andar, o qual a direcção deu autorização, tendo ficado esse encargo por conta do inquilino. -----

## ACTAS

Passado algum tempo e por proposta do inquilino foi feita a oferta de compra do imóvel no montante de 335.700€. O Sr. Presidente da Direção informou que caso essa venda tivesse sido realizada há uns anos a verba teria sido para aplicar na obra de construção do novo Lar de Alapraia, mas como a sua construção se concretizou sem precisar desse financiamento, cabe á nova Direção que for eleita, decidir da aplicação da verba resultante dessa venda, sendo certo que não se poderá esquecer que ainda existem prédios a necessitar de recuperação e que uma parte da verba será para esse efeito. De referir que há pouco tempo a creche sofreu obras de remodelação e o Centro Bonny Stilwell também levou obras de recuperação, obras essas que tinham que sido feitas por imposição da Segurança Social.-----

Pediu a palavra a associada Cecília Sancho para questionar se o Lar da Penha de França também não está a precisar de obras, à qual foi respondido que futuramente também terá que ser intervencionado.

Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que o destino da verba resultante da venda do imóvel da Travessa Agua Flor nº 1 a 5 não deverá ser aplicada, em princípio, para a reparação e conservação dos prédios. Essas despesas terão que ser suportadas pelo Orçamento. A verba resultante da venda deverá ser aplicada num fundo de desinvestimento. -----

De seguida tomou, novamente, a palavra o Sr. Presidente da Direção para apresentar a proposta do segundo prédio que é a fração subcave esquerda sita na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada. O referido imóvel encontra-se por alugar há vários anos tendo surgido recentemente a oportunidade de alugar com a opção de compra daqui a cinco anos. Assim a proposta é de 700€ por mês de renda e ao fim de cinco anos o imóvel é vendido por 110.000€, acrescentando a esta verba o montante de 7.500€ referente às despesas do IMI. Essa é a proposta que foi apresentada ao comprador, ficando a aguardar a resposta.-----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para dizer que propõe que a Direção seja mandatada para proceder às respetivas diligências. -----

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral para colocar à votação a autorização de venda dos imóveis apresentados anteriormente.-----

Assim, foi colocada a proposta de venda ao inquilino do prédio da travessa agua flor nº 1 a 5, em lisboa, pelo preço de 335.700€, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Em seguida foram colocadas à votação as propostas de arrendamento, pelo prazo de 5 anos e mediante o pagamento de renda mensal de 700€ da fração subcave esquerda sita na Rua Marquês de Alorna nº 6 – Bons-Dias – Ramada, bem como a sua subsequente venda, pelo preço de 110.000€, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----

Em seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral leu um requerimento apresentado pelo associado Mário Matos que ficou apenso a esta ata com o número cinco, que passa-se a transcrever “Considerando: 1- A autorização concedida por esta Assembleia Geral para venda do imobiliário proposto na Ordem de Trabalhos de hoje; 2- O facto de a transformação do valor do imobiliário em moeda apenas representar uma alteração na forma da sua representação, devendo manter-se clara a origem em desinvestimento; 3- Que os fundos assim gerados devem ser utilizados pelas Direções para destinos, que com a mesma natureza, seja investimento, e só em circunstâncias muito excecionais noutros fins. Venho requerer que a Assembleia Geral delibere que esses valores sejam objecto de um registo contabilístico específico, denominado Fundos de Desinvestimentos ou similar, onde se dê evidência a todos os movimentos monetários efetuados e respectivos destinos, a constar nos respectivos Relatório e Contas anuais, para apreciação e aprovação em Assembleia Geral”.

## ACTAS

Após a leitura do requerimento o associado Mário Matos explicou ainda que devem ser explicitados todos os movimentos e aplicações à Assembleia Geral e dependendo das situações conjeturais, a verba poderá ser utilizada e posteriormente ser reposta. Mais informou que deve vir no relatório de contas com a evidência necessária. -----

O Sr. Presidente da Direção pediu ao nosso Revisor oficial de contas que se pronunciasse sobre o assunto, a que respondeu que estes movimentos já estavam previstos no novo SNS ESNL (Sistema de Normalização contabilística para as Entidades do Setor não lucrativo), sendo uma obrigatoriedade da Instituição descrever e justificar todos os movimentos efetuados. Ainda referiu que mesmo, antes deste novo código, já se procedia às justificações dos movimentos desta natureza nos anexos entregues com o Relatório de contas. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia disse que, dada a conjuntura atual do nosso país, importa antes de mais garantir a continuidade da missão da nossa instituição, sempre zelando pelo bem-estar dos nossos utentes. -----

Pediu a palavra o Sr. Presidente do Conselho Fiscal para dizer que há uma questão principal e importante que é a prestação de contas, por parte da Direção aos associados, e como virá a aplicar essas verbas. O modo como se traduz em documento tem que ser feito como determina o Plano Contabilístico. -----

Pediu a palavra o associado Mário Almeida para referir que esta é uma situação extraordinária e como tal deve ser tratada extraordinariamente. -----

Voltou a pedir a palavra o associado Mário Matos para referir que o Relatório de Contas terá que ter uma rubrica específica onde se encontra espelhada a verba aplicada e onde se regista as entradas e saídas dessa mesma verba -----

Após esta intervenção do associado Mário Matos, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou o associado se pretendia reformular a proposta apresentada, tendo este respondido negativamente. Em seguida o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral pediu que fosse lida a parte da acta que se reportava às intervenções do associado Mário Matos tendo este afirmado que o seu teor reproduzia corretamente as suas intervenções. -----

O associado João Dias pediu a palavra para dizer que a proposta debatida na Assembleia encaixa no novo código contabilístico e por isso deverá ser tida em consideração. -----

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta apresentada pelo associado Mário Matos tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da Mesa informou que um associado lhe endereçou mensagem segundo a qual a venda de património devia ser tratada em Assembleia Geral Extraordinária e não podia constar como ponto da ordem de trabalhos na mesma convocatória que a do orçamento. O Sr. Presidente informou que foi consultar os estatutos e que conclui que o procedimento adotado não é incorreto pois só nas Assembleias Eleitorais não podem ser tratados outros assuntos. -----

O associado Mário Almeida informou que a questão que referiu no email não se prendia com este ponto mas sim com a ordem dos pontos, que deveria vir como ponto 1 o Plano de contas e Orçamento Previsional. -----

## ACTAS

O Sr. Presidente da Mesa referiu que considera mais adequado começar por saber que disponibilidades existem para se elaborar um Orçamento, o que levou a considerar como ponto um a aprovação e votação da alienação do edificado. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Direção para apresentar o Plano de Actividades para 2013. Começou por falar na sustentabilidade da Organização, que apesar de se encontrar numa situação financeira estável, não traduz total tranquilidade. Referiu que continuam a dedicar especial atenção aos valores assumidos pela organização, tornando-os presentes em todas as decisões. A Cooperação, a Inovação, a Confiança, a Valorização e o Respeito continuarão a balizar a atitude organizacional de modo a garantir o sucesso de toda a nossa acção. ——— Mais ainda referiu que estamos a comemorar os 50 anos da organização, data importante na vida da nossa Associação, e que ainda temos alguns eventos por realizar—————

A participação e o envolvimento de todos continuarão a ser um dos pilares da nossa sustentabilidade. Referiu que na política de recursos humanos conciliaremos as necessidades com as oportunidades, a mobilidade com a flexibilidade e darão prioridade às necessidades de formação dos colaboradores. —○ Salientou ainda a questão dos direitos e deveres dos clientes, da participação de todos, a manutenção da certificação para a qualidade, com melhorias contínuas, esperando assim fazer sempre melhor.----- Referiu as parcerias existentes com diversas entidades, bem como da prestação de serviços nas diferentes respostas sociais-----

A terminar a sua intervenção, o Presidente da Direção referiu que esta assembleia era a última em que apresentava o Orçamento e o Plano de ação porque se encontra de saída da Direção neste final de mandato. Foram quarenta anos ao serviço da instituição, foi sempre gratificante o que a organização fez por ele e pela sua família e que se encontra e encontrará sempre disponível e empenhado para continuar a dar os seus contributos.-----

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Vice-Presidente da Direção, que apresentou o Orçamento para 2013. Começou por agradecer às Diretoras Adjuntas a colaboração prestada na elaboração conjunta do orçamento e referiu que a Direção teve muita dificuldade em elaborar os objectivos estratégicos de modo a que estes estejam em linha com o respectivo orçamento. Salientou que estes próximos três anos serão muito complicada dada a conjuntura que o nosso País está a atravessar, e que o orçamento foi elaborado com base nos valores de 2012. Os custos com o pessoal é a grande percentagem do orçamento e a Direção teve que reformular a distribuição dos recursos humanos para uma melhor rentabilização. De referir que as Diretoras Adjuntas foram determinantes neste trabalho, relativamente à disponibilidade do pessoal, porque no que respeita à orçamentação da rubrica do pessoal para o novo lar da Alaparia não foi tido em conta esse custo precisamente porque haverá mobilidade do pessoal. Houve que optar por esta decisão ou então não teríamos um orçamento equilibrado. -----

Nas áreas como por exemplo na área da Higiene e Segurança no Trabalho foi apresentado um relatório onde foram elencados vários riscos de segurança, pelo que a Direção propõe um plano de manutenção de prevenção curativa onde têm de contemplar algumas situações mais emergentes, as quais: revisão periódica dos telhados das instalações, inspeções periódicas às instalações do gás, electricidade e esgotos, reparação das janelas de Pedralvas, arranjo da cave da Penha de França. Pensamos reservar cerca de 80.000€ numa primeira fase, contratando uma empresa especializada que irá monitorizar esses trabalhos.-----



## ACTAS

De salientar que o orçamento na rubrica do pessoal foi inferior 1,4% em relação ao orçamento de 2012. Ainda dentro da rubrica do pessoal foi assinado um protocolo com a empresa "Iniciativa Solidariedade Sustentável", que está a estudar todos os contratos de prestadores de serviços e fornecedores vista a uma melhor rentabilização dos mesmos. -----

O Vice-Presidente disse, ainda, que a organização tem 826 Associados, 259 colaboradores, 683 clientes e muitos amigos e parceiros. -----

Por último, de referir que a Direção propõe o Resultado Líquido negativo do orçamento para 2013, no montante de **32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos)**. -----

Por último referiu que o documento está à disposição de todos e se encontra disponível para esclarecimento de dúvidas. -----

O Vice-Presidente da Direção deu por terminada a sua intervenção tendo de seguida o Presidente da Mesa da Assembleia colocado à discussão os documentos anteriormente apresentados. -----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para questionar sobre a comparticipação familiar, se estavam orçamentados os 12 meses, ao qual foi respondido afirmativamente. Questionou ainda sobre qual o resultado líquido previsto para o Lar da Alapraia. O Sr. Vice-Presidente respondeu que o novo Lar, com o acordo para 6 clientes, que foi o que foi orçamentado, suporta a receita de 122.000€ e uma despesa de 88.194€ havendo um diferencial de 33.806€, tendo em conta só as despesas da alimentação e outros fornecimentos e serviços, não incluindo a despesa com o pessoal. Relativamente ao CAO suporta a receita de 47.473,00€ e uma despesa de 32.430,00€, havendo o diferencial de 15.042,00€. -----

Pediu a palavra a associada Cecília Sancho para questionar a Direção se caso a capacidade do Lar não for totalmente preenchida como vão resolver a situação, à qual foi respondida que serão preenchidas com os supranumerários. -----

Pediu a palavra o associado Mário Matos para questionar se tem sido feito todos os esforços junto das entidades competentes para que o acordo seja celebrado na totalidade da capacidade do equipamento. -----

O Vice-presidente respondeu que a Direção tem feito todas as diligências para a celebração do acordo para os 12, não tendo sido fácil, dado o orçamento geral da segurança social ter sofrido alterações. -----

O associado Mário Matos referiu que com o fim da valência Sócio-Educativo haverá implicações financeiras. O associado João Dias explicou que o encerramento desta valência não é opção da instituição, decorre da opção do Governo e que decretou o seu fim para 2013. Contudo temos conhecimento de que há tribunais que estão a decidir pela igualdade de escolha e que estão a ponderar pelo encaminhamento para as escolas de educação especial das Instituições, iremos aguardar pelo que será decidido. -----

Tendo em conta que não houve mais nenhuma intervenção por parte dos associados presentes, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2013, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal para emitir o parecer daquele órgão. O Conselho Fiscal referiu que tanto o Plano de Ação como o Orçamento para 2013 estavam devidamente elaborados. -----

Por isso o Conselho Fiscal emitiu parecer favorável e recomenda à Assembleia aprovação do Plano de Ação e Orçamento para 2013 com o Resultado Líquido negativo, no montante de **32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos)**. -----

## ACTAS

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral colocou à votação os referidos documentos, tendo sido aprovados por 36 (trinta e seis) votos a favor. Assim o referido Plano de Ação e Orçamento para 2013 foi aprovado com os seguintes valores: **Rendimentos : 5.531.339,12€ (Cinco milhões quinhentos e trinta e um mil trezentos e trinta e nove euros e doze cêntimos)**, **Gastos : 5.563.808,65€ (Cinco milhões quinhentos e sessenta e três mil oitocentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos)** **Resultado Líquido negativo 32.469,53€ (trinta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove euros e cinquenta e três cêntimos)**, **Orçamento de Investimentos 285.000,00€ (duzentos e oitenta e cinco mil euros)**.-----

Não havendo qualquer intervenção por parte dos associados, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a Ordem de Trabalhos, tendo-se lavrado a presente acta, que depois de lida e aprovada, será assinada por todos os Membros da Mesa presentes. -----

Presidente

*Ulisses José da Silva*

Vice-Presidente

*Margarida do Carmo Soares*

Secretária

*Maria Helena Andrade Colaco*